

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mercado de CBios já atrai investidores voluntários	2
Título: Cezar Coelho diz que será investidor ‘ativo’ na Light	3
Título: Petrobras deve reportar alta de 5% na produção no 2º tri	5
Título: A lenta reconstrução de Mariana cinco anos após a tragédia.....	7
Título: Curtas	10
Título: Universalização do gás, uma distopia	10
Título: Créditos do RenovaBio começam a deslanchar	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Petrobras acelera a venda de ativos e mira dividendo a acionista.....	15
Título: Polícia Federal intensifica operações contra extração ilegal de manganês no PA	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Militares são indicados para agência de proteção de dados.....	20
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	21
Título: Gargalos de oferta e demanda sem solução	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos e Ana Paula Ragazzi****Título: Mercado de CBios já atrai investidores voluntários**

Os últimos quatro meses de experiência de negociação dos Créditos de Descarbonização (CBio) na B3 estão sendo observados com atenção por investidores que têm interesse de participação em mercados mais amplos de carbono. Embora a participação desses agentes nas negociações do papéis ainda seja marginal, a percepção no mercado financeiro é que a experiência pode atrair novos investidores e ainda impulsionar o desenho de novos mercados 'verdes' voluntários.

Na avaliação de Carlos Salomonde, presidente do Fórum de Serviços Fiduciários da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), o CBio é um ativo ambiental, não financeiro, nem mobiliário. Assim, acrescenta, quem compra os papéis seria movido mais pelas preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) do que com um objetivo imediato de ganho financeiro.

“Na minha opinião, esse é um ativo que tem muito potencial para se desenvolver, na medida em que os investidores tomem mais contato com ele. Deve ganhar espaço e pegar tração futuramente até, por que não, como um ativo de mercado”, diz Salomonde. O mercado de CBios não é regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nem pelo Banco Central. Quem faz o papel de regulador hoje é o Ministério de Minas e Energia (MME).

Já há fundos multimercado que compraram CBios, além de investidores com metas ESG, segundo Luiz Masagão, diretor da Tesouraria do Santander. “Na nossa corretora, já vemos movimento de mercado secundário”, diz Boris Gancev, head da mesa de commodities do banco. O movimento, acrescenta, começou no início de outubro -no momento em que acelerou a valorização dos ativos.

Para Karine Bueno, superintendente executiva de Sustentabilidade do Santander Brasil, a experiência do RenovaBio oferece um modelo para a criação de um mercado de carbono voluntário, que está sendo discutido. “Temos uma perspectiva de desenvolvimento em dois a três anos” diz.

Um mercado voluntário atrairia empresas do exterior ou mesmo nacionais que já vêm divulgando compromissos voluntários de emissões neutras de carbono

ou que participam de acordos regulados para reduzir emissões, afirma a executiva.

Para ela, o aumento do desmatamento e das queimadas no Brasil não deve afastar os investidores. “Pode ocorrer o contrário. Isso traz uma atenção para o tema. O setor privado vem tomando protagonismo nas questões ambientais como nunca tínhamos visto nos últimos anos”, defende.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy

Título: Cezar Coelho diz que será investidor ‘ativo’ na Light

Principal investidor privado da Light, Ronaldo Cezar Coelho afirma que chegou para ficar “pelo menos por dez anos” como sócio da companhia. Por meio de um dos fundos de investimento da família, o Samambaia, e de aportes próprios, o ex-banqueiro e ex-deputado federal de 73 anos assumiu nos últimos meses 22,53% da elétrica fluminense, dona de ativos de geração e distribuição de energia e uma das marcas centenárias no mundo corporativo do Rio.

Quase um ano depois de ter começado a fazer aportes na concessionária, ele diz ao **Valor** que entrou na Light para ser um “investidor ativo” naquilo que aposta ser o momento de virada da companhia, que prepara um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão.

A expectativa é que a saída iminente da estatal mineira do capital da Light consolide a empresa carioca como companhia privada de capital pulverizado. Hoje Coelho tem fatia da Light equivalente à da Cemig. A estatal mineira possui 22,58% da companhia carioca. A outra parcela, de 54,89% do capital, está disperso no mercado, em mãos de milhares de investidores.

Coelho diz que sonha com uma nova Light, focada no combate às perdas de energia, mas também antenada a novos negócios. Afirma que confia na chegada de novo sócio estratégico, alinhado com suas ambições. “Terei um sócio estratégico da maior qualidade, da maior representatividade”, disse.

No mercado, comenta-se que o novo sócio da Light pode ser o empresário Beto Sicupira, sócio da 3G Capital. Os dois se conhecem há décadas, do período em que eram banqueiros: Sicupira, como um dos sócios do banco Garantia, e Cezar Coelho, do Multiplic.

Coelho não dá nomes. Afirma somente que a chegada do sócio pode se dar antes da oferta de ações da Light detidas pela Cemig. “Apostaram que eu era

um cavalo de troia, um laranja da Energisa, mas não sou”, afirmou. Ele também detém 19,8% da Energisa. Coelho disse que tem um “ótimo relacionamento” com a Cemig e que está alinhado com a sócia sobre a necessidade de capitalização da Light.

O aumento do capital foi aprovado pelos acionistas e depende das condições de mercado e da decisão da administração. O investidor afirmou que vai acompanhar a oferta para não ser diluído. Ele quer ficar com cerca de 20% na Light. A empresa quer usar os recursos da capitalização para financiar um plano de cinco anos de combate às perdas de energia, disse Coelho: “É para investir pesado para acelerar recuperação operacional.”

Um marco recente na Light foi a troca no comando. Raimundo Nonato de Castro, que atuou no combate às perdas na Cepisa (PI), do grupo Equatorial, vai substituir Ana Veloso na presidência. Para Coelho, o trabalho da Equatorial serve de inspiração. Em outro movimento, Firmino Sampaio Neto, ex-presidente do grupo, assumiu a presidência do colegiado da Light. Outros nomes devem chegar para compor o time. “Mas antes vamos ter período de avaliação [do efetivo atual], que têm muita qualidade.”

A Light tem problema estrutural com perdas não-técnicas - associadas a furtos, os “gatos”, e erros de medição que representam metade do mercado de baixa tensão. A empresa reduziu as perdas não-técnicas, mas vê se agravar o quadro nas áreas de risco, as favelas.

A Light passou a ter capital pulverizado depois que a Cemig vendeu, em 2019, 27,3% da companhia. O conselho da Light é formado por nove membros, sendo apenas um deles (Hélio Ferraz) indicado pelo Samambaia. Coelho disse que se sente “confortável” com a representatividade no colegiado e que não pretende propor mudanças no conselho antes da assembleia de acionistas de 2021. “Depois o conselho terá ajustes que representarão os novos sócios”, disse.

Apesar de não possuir o controle da Light, Coelho tem se posicionado como um investidor ativo e participado, inclusive, de reuniões institucionais da Light. Na sexta-feira viajou a Brasília para reunião com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. O encontro, do qual também participou o novo presidente do conselho da companhia, tinha o objetivo de apresentar o “projeto de transformação da Light”. “Na Energisa eu sou um investidor. Aqui [na Light] tenho papel diferente, sou ativo.”

Ele disse que não fala em nome da Light, mas sim na posição de um “acionista entusiasmado”. “Não sou membro do conselho, administrador, sou ativo... Mas a Light não tem um dono”, afirmou.

Coelho defende a criação na Light de um braço de investimentos em infraestrutura para explorar as sinergias com a área de concessão da empresa, e que a companhia atue também como plataforma de serviços e tecnologia com foco no cliente. A intenção é apostar em digitalização e processos.

“Estou falando de uma janela digital que aproxime a nossa relação com as 4,5 milhões de famílias [clientes] e que nos ajude a recuperar outras 300 mil famílias que desertaram do nosso serviço. Também vejo oportunidades na área de investimento em infraestrutura. Uma corporação privada com tradição no Rio e excelência de quadros de gestão tem que estar atenta a oportunidades de sinergia... Pode ser em saneamento, pode ser tudo que fizer sentido com a nossa área de concessão. Estou falando em participação [minoritária] que traga benefícios para a Light vista como uma holding.”

Dono de 20% da Light, o Samambaia é um fundo da família que opera com ações em bolsa. Coelho, como pessoa física, tem outros cerca de 2,5% da elétrica. Ele disse que faz “investimentos defensivos” no setor (Light e Energisa) e que o restante do capital está pulverizado em diferentes segmentos. A família tem ainda um fundo para investimentos no exterior. O irmão de Ronaldo, o ex-árbitro de futebol Arnaldo Cezar Coelho, também investe na Light. “Mas ninguém sabe quanto ele [Arnaldo] tem, nem saberá. Ele é absolutamente controlado, nem sob tortura ele revela quanto tem.”

O Samambaia entrou na Light em novembro de 2019 e vem aumentando a participação. Coelho aproveitou a oferta das ações da BNDESPar, em janeiro, para elevar a fatia na empresa para 7,5% e depois, no mesmo mês, para 10,17%. Com a pandemia, quando as ações despencaram do patamar de R\$ 23 do início do ano para ficar abaixo de R\$ 12 por dois meses, entre março e maio, Coelho disse que redobrou a aposta. “Não podia permitir que alguém tivesse a mesma visão [de recuperação da Light] pela metade do preço”, explicou.

Ele justifica o investimento alegando que a Light é um papel descontado, mas com potencial de recuperação. “Ouvi recentemente de um gestor: ‘Se a Light sair de muito ruim para ruim vai ser um bom investimento para nós. Se ela evoluir para medíocre, será de longe o melhor investimento do ano’”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy e André Ramalho

Título: Petrobras deve reportar alta de 5% na produção no 2º tri

A Petrobras deve divulgar amanhã, em seu relatório operacional, crescimento da ordem de 5% na produção de petróleo no Brasil no terceiro trimestre de 2020, ante o segundo trimestre. A estatal produziu, em média, 2,25 milhões de barris diários entre julho e setembro - o que representa uma alta de 5,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 4,5% na comparação anual, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A expectativa, com base nos números do órgão regulador, é que a produção de gás da companhia também cresça na mesma proporção. Segundo a ANP, o volume de gás produzido pela petroleira estatal no terceiro trimestre totalizou, em média, 99,2 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) - alta de 5,4% em relação ao segundo trimestre de 2020 e de 4,3% na comparação com o período entre julho e setembro do ano passado.

Somando-se as produções de óleo e gás, a estatal produziu, ao todo, 2,88 milhões barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia) no terceiro trimestre, o que representa aumento de 5,17% em relação ao trimestre imediatamente anterior e de 4,4% na comparação anual.

Os números mostram que os efeitos da pandemia de covid-19 foram mais fortes para a Petrobras no segundo trimestre e atingiram o momento mais crítico especialmente entre abril e maio. Em abril, por exemplo, a companhia anunciou a hibernação de 62 plataformas em projetos de águas rasas devido ao menor preço do barril de petróleo. A queda de produção nas unidades desativadas foi compensada nos meses seguintes pelo aumento da extração no pré-sal.

Em setembro, contudo, a Petrobras voltou a apresentar nova baixa, com produção de petróleo de 2,26 milhões de barris/dia, o que significa queda de 5,8% em comparação com agosto. A produção de gás natural da companhia no mês somou 95,6 milhões de m³ /dia, diminuição de 6,3% na mesma base de comparação.

Parte dessa queda pode atribuída aos efeitos da retomada das paradas programadas para manutenção de plataformas.

O diretor de exploração e produção da companhia, Carlos Alberto Oliveira, afirmou, em julho, que a intenção da estatal era começar em setembro as paradas inicialmente programadas para o primeiro semestre do ano, mas que foram adiadas em função da pandemia. Três dos maiores campos da Petrobras tiveram queda na produção total no mês: Tupi (antigo Lula), numa redução de 5% em relação a agosto; Búzios, que teve queda de 1%; e Sapinhoá, com uma retração de 42%.

Apesar da queda operacional dos principais campos do pré-sal, a ANP informou que um dos poços de Búzios atingiu recorde de produtividade no país. Em setembro, o poço 7-BUZ-10-RJS produziu, sozinho, 69,6 mil BOE/dia - o maior volume já registrado por um único poço em toda a série histórica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: A lenta reconstrução de Mariana cinco anos após a tragédia

Das seis da manhã às oito da noite, uma multidão formada por pedreiros, carpinteiros, engenheiros e arquitetos se reveza em turnos para colocar de pé o que será o novo distrito de Bento Rodrigues, no município mineiro de Mariana.

Bento foi engolido pela onda de lama e rejeito de minério de ferro que escoou na tarde de 5 de novembro de 2015 quando a barragem de Fundão, em Mariana, se rompeu. A estrutura pertencia à mineradora Samarco e continha 56 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito. Hoje, no canteiro de obras do futuro distrito - a 16 km do original - tudo está saindo do zero. Ruas, esgoto, iluminação, casas, escola, igrejas, ginásio poliesportivo, posto de saúde, praça.

Os trabalhos começaram no fim de 2018. É um projeto que, junto com outro reassentamento menor, consumiu cerca de R\$ 1 bilhão e que hoje tem 1.700 trabalhadores. No entanto, às vésperas da tragédia completar cinco anos, o resultado desse esforço ainda é pífio e frustrante para as famílias.

Nestes quase cinco anos, só duas casas estão prontas no que será o novo distrito e outras três estão em fase de acabamento. Ao todo serão 250. “O que eu sinto é revolta, angústia, incerteza. Alguns moradores já morreram sem ver sua casa pronta”, disse por telefone Mônica dos Santos, de 35 anos, que morava com a mãe em Bento Rodrigues.

O **Valor** visitou o canteiro de construção do futuro distrito, viu as obras da escola pública, do posto de saúde e entrou em duas das casas semiprontas.

Bento Rodrigues foi um dos símbolos do desastre. As imagens das casas em ruínas cobertas de lama rodaram o mundo. As famílias de Bento foram instaladas em hotéis e depois em casas alugadas pagas pelas mineradoras Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco.

Por que Vale e BHP, duas das maiores mineradoras do mundo, que em 2019 tiveram, respectivamente, lucro líquido de US\$ 1,7 bilhão e US\$ 8,3 bilhões, não

conseguiram até agora fazer com que as famílias tenham casas novas é uma pergunta que parece não ter resposta para quem viveu o desastre.

A responsabilidade pela execução das obras e de todas as medidas é da fundação Renova, criada em março de 2016 após acordo entre empresas e os governos federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Todos os gastos são cobertos pela Vale e BHP.

André de Freitas, diretor-presidente da fundação desde o início do ano passado, não esconde a insatisfação em relação ao ritmo da construção do novo distrito. “Falta muito trabalho ainda, a gente tem que fazer as casas, está atrasado e ninguém está contente. Mas ver a primeira casa entregue foi um momento emocionante”, diz.

Além dos reassentamentos de Bento e de outros dois distritos, Paracatu de Baixo (também em Mariana) e Gesteira (Barra Longa), a Renova se encarregou de outras frentes, com resultados também incompletos. Uma delas, as indenizações. Até 31 de agosto, a entidade desembolsou para 320 mil pessoas R\$ 1,4 bilhão a título de auxílio de emergência e R\$ 1,2 bilhão como indenizações por danos morais, materiais, por perda de lucro e por terem tido abastecimento de água interrompido.

Os danos se estenderam ao longo da bacia do Rio Doce, de Mariana até o litoral do Espírito Santo.

Guilherme de Sá Meneguim, promotor público de Mariana, lembra que uma das dificuldades nesses anos foi a precificação dos bens perdidos. O tema foi parar na Justiça e entre idas e vindas muitas famílias ainda precisam ser indenizadas. O MP entende que o melhor para as famílias é esperar por uma decisão que estabeleça valores justos para a indenização.

Parte das vítimas já optou por fechar acordos individuais por medo de que uma decisão coletiva, ainda que possa ser mais vantajosa, demore ainda muitos anos.

Em junho, uma decisão da Justiça Federal abriu caminho para atingidos até então invisíveis começassem a ser indenizados. São pessoas que trabalhavam em atividades informais e não conseguiam atender a todas as exigências formais para a indenização.

Com regras mais flexíveis, elas começaram a receber valores entre R\$ 20 mil a R\$ 90 mil aproximadamente. “A gente tem expectativa de conseguir indenizar milhares de pessoas com a nova solução.” Dos R\$ 2,6 bilhões pagos, Freitas fala em chegar a cerca de R\$ 5 bilhões.

A outra tarefa da Renova tem a ver com o Rio Doce. Pelo rio escoaram e permanecem no leito e nas margens milhões de metros cúbicos de rejeito de minério. Passados quase cinco anos, André de Freitas diz que há razão para comemorar. “Os dados mostram que a qualidade da água do Rio Doce voltou a padrões semelhantes aos de antes do rompimento. Temos 92 estações de monitoramento que mostram que essa qualidade voltou.”

Para o Ministério Público Federal essa é só parte da história. “Ao longo de cinco anos, quem fez o maior trabalho foi a própria natureza, com sua capacidade de regeneração”, diz o procurador Eduardo Henrique de Almeida Aguiar.

Ele chama atenção para o fato de que o rejeito continua em grande quantidade no leito e que basta um período de chuvas mais intenso para que o material seja revolvido e que os níveis de qualidade da água voltem a piorar.

Mas de todas as frentes de atuação da Fundação Renova, a que parece mesmo mais frágil e incompleta é a da reconstrução das casas. A conclusão do novo Bento é visto desde o começo como um símbolo da capacidade de resposta da Samarco, Vale, BHP e Renova.

Em quase cinco anos, houve discordâncias, modificações e intervenções da Justiça no processo de escolha do terreno, na participação das famílias nos projetos, na escolha da localização de cada imóvel, nas licenças ambientais, nas obras de infraestrutura.

No início do ano, a previsão era de que até dezembro 85% das obras estariam prontas. Mas com a pandemia, tudo mudou. “Hoje, por causa da covid-19, a gente está operando com mais ou menos um terço da capacidade que tínhamos previsto de quase 5 mil pessoas em Bento e em Paracatu. E a gente está com 1.700”, diz Freitas.

A fundação diz que por enquanto não tem previsão de quando Bento ficará pronto. “Disseram que seria em maio de 2019, depois em agosto de 2020, depois em fevereiro de 2021, o que não vai acontecer. Todos ficamos na expectativa de um dia voltar para casa”, conta Cláudia de Fátima Alves, de 39 anos, que vivia com os pais e irmãos no distrito devastado.

Quando ficar pronto, o que era um bairro rural e simples será um bairro planejado com casas amplas e modernas. “Vai ser tipo Alphaville de Mariana. A gente costuma dizer que vai ser o Alphabento”, diz Mônica dos Santos. “Mas será que vamos ser felizes lá como éramos antes?”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2020

Seção: Empresas**Autor:****Título: Curtas****CSN de olho em gás**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está em busca de novas áreas de investimento. Segundo o presidente executivo da companhia, Benjamin Steinbruch, a empresa está avaliando ativos em gás natural. “Estamos começando a olhar alternativas de gás natural. Somos grandes consumidores e vemos o aumento da oferta como oportunidade de mudança do modelo energético brasileiro. Estamos estudando as alternativas de investimentos nessa área.” Segundo ele, a CSN também analisa investimentos em cimento que passa por uma consolidação. “Nós enxergamos a consolidação do setor. A ociosidade que se apresenta não é de verdade, porque parte da capacidade nominal não tem operado a custos favoráveis. Na mineração, os investimentos são auto sustentáveis. Mas, temos linhas de financiamentos atrativas principalmente no mercado asiático. Estamos considerando fazê-los na mineração e no cimento. Mas, mantendo a companhia desalavancada”, disse Steinbruch.

Efeitos do GSF

As hidrelétricas Sobradinho (BA), Poço Fundo (MG) e Porto Primavera (SP) poderão ter as concessões estendidas por sete anos após os cálculos da repactuação do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), afirmou o presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri, durante entrevista coletiva na sexta-feira. O tempo de sete anos é o período máximo para a prorrogação das concessões. Ao todo, as usinas envolvidas no processo terão em média 500 dias de extensão, sendo que 45% das unidades ganharão um ano de prorrogação; 31% terão entre um e dois anos a mais de contrato e 24% terão mais de dois anos de extensão. A adesão ao período adicional ainda está sujeita à aprovação pelas concessionárias. Altieri confirmou que o valor travado pelo GSF no mercado de curto prazo é de R\$ 8,8 bilhões. Os cálculos da CCEE são divulgados após a aprovação pelo Senado em agosto do Projeto de Lei 3975/2019, que trata do tema.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/10/2020****Seção: Opinião****Autor: Eduardo Gouvêa Vieira****Título: Universalização do gás, uma distopia**

O Brasil pode finalmente combinar o crescimento da produção de gás natural com um ambiente de negócios favorável ao aproveitamento desse potencial para a geração de riquezas e desenvolvimento. Mas depois de 15 anos de

paralisa do setor, nesta reta final da tramitação da Lei do Gás no Senado, o país tem pressa: a janela de oportunidade para o gás funcionar como combustível da transição para uma economia de baixo carbono não é eterna, ao passo que a desindustrialização é uma realidade, intensificada pela ausência de competitividade nesse energético essencial. Ao mesmo tempo, é necessária atenção para que se evitem retrocessos. Contraexemplos podem auxiliar nessa análise.

O risco de atraso nas mudanças do mercado brasileiro de gás está relacionado à pretensa necessidade de investimentos compulsórios em gasodutos e usinas termelétricas para que o desenvolvimento econômico com base no energético seja possível. Desse ponto de vista, para impulsionar a interiorização e criar demanda para monetizar o gás do pré-sal, o país deveria contratar novas usinas em locais que ainda não contam com infraestrutura dutoviária, independentemente da viabilidade ou mesmo da necessidade de tais investimentos.

A nova configuração do mercado de gás natural não combina com políticas impositivas de investimentos. Se necessárias, as infraestruturas serão construídas por agentes dispostos a tomar o risco pelo mérito dos projetos, não pela salvaguarda do Estado

O problema é que a comparação do Brasil com outros países quanto à malha de gasodutos, que está por trás dessa lógica, parte de uma premissa com equívoco em sua origem. Locais com extensa rede dutoviária, não por coincidência, via de regra possuem inverno muito diferente do observado nos trópicos. A necessidade de aquecimento nas residências em países como EUA, Argentina e grande parte da Europa foi razão fundamental para que diferentes nações realizassem massivos investimentos em gasodutos para levar o combustível à distância necessária para preservar a vida dos seus cidadãos.

A capital mais fria e poluída do mundo (pelo menos no inverno), Ulan Bator, na Mongólia, enfrenta problemas gravíssimos de saúde pública porque não há produção local de gás e boa parte da população, para enfrentar os rigorosos invernos, sobrevive aquecendo as residências com carvão. A solução estaria em investimentos massivos para importação de gás e distribuição até as residências para fazer frente ao desafio.

Por aqui, a situação é oposta: além de o clima dispensar o aquecimento de maneira geral, praticamente todos os brasileiros contam com gás liquefeito de petróleo (GLP) para o preparo de alimentos e também energia elétrica para esta e as demais necessidades energéticas. Nesse contexto e diante das limitações orçamentárias do país e seus imensos desafios, a universalização do acesso ao

gás configura-se como um objetivo distópico, cujos benefícios para a coletividade da sociedade são no todo questionáveis.

A expansão das redes no caso brasileiro deve se orientar pelo benefício econômico que pode trazer, inclusive levando em conta alternativas que possam ser mais convenientes. As múltiplas tecnologias para o transporte do gás, como a que leva o combustível liquefeito em caminhões, apresentam um caminho promissor para viabilizar seu uso no interior sem qualquer política de subsídio. Melhor ainda, podem ser combinadas com iniciativas já em curso para produção de biometano a partir de aterros sanitários, resíduos agroindustriais e muitos outros, permitindo a descentralização das fontes do energético equivalente ao gás natural.

O pré-sal, ativo de grande valor para o país, pede (grande) escala. Mas não se deve buscar a viabilização dessa riqueza ao custo de potencial destruição de valor que políticas de investimento obrigatório acabam por impor, especialmente quando diferentes alternativas ainda não foram testadas. Num país em que os segmentos residencial e comercial permanecerão com consumo apenas marginal de gás no longo prazo a saída, de fato, está na indústria e na geração termelétrica.

Na produção de energia, o gás pode desempenhar um papel essencial ao combinar atributos indispensáveis ao país, como energia de base, garantia de suprimento e baixos custos finais de geração. A falta de gasodutos sequer se credencia, no entanto, como barreira para que o setor elétrico acesse energia barata e, de sobra, contribua para o desenvolvimento das imensas reservas de petróleo e gás já descobertas.

Se o objetivo é a competitividade da economia brasileira, não será com a construção de projetos milionários de gasodutos ancorados na ineficiência de subsídios que chegaremos a qualquer lugar. Há alternativas: regras de habilitação nos leilões de energia que estimulem a entrada de novos projetos exploratórios para competir já seriam um largo passo na direção correta para viabilizar demanda condizente com o pré-sal e energia competitiva para a economia crescer.

Na indústria, por sua vez, é intensa a mobilização para garantir suprimento de gás mais barato para as fábricas que hoje já consomem o combustível. Ao mesmo tempo, setores que há muito não chegavam sequer a cogitar novos projetos no Brasil amadurecem investimentos para oferecer consumo de larga escala e de longo prazo, características essenciais para a monetização do gás no pré-sal. O PLS 4.476/2020 é peça fundamental para que tal mobilização não arrefeça.

A nova configuração do mercado brasileiro de gás natural - com oferta crescente, desinvestimentos da Petrobras, interesse de investidores em todas as etapas da cadeia e apetite entre potenciais consumidores - não combina com políticas impositivas de investimentos, sejam em gasodutos ou unidades termelétricas. Se necessárias, essas infraestruturas serão construídas por agentes dispostos a tomar o risco do investimento pelo mérito dos projetos, não pela salvaguarda do Estado.

A aprovação da redação original da nova Lei do Gás garante que o país supere a paralisação do setor sem distopias, mas a pressa e a racionalidade são essenciais para que o gás seja uma ferramenta efetiva na recuperação econômica brasileira.

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/10/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Créditos do RenovaBio começam a deslançar

Os Créditos de Descarbonização (CBio), primeiro mercado de carbono regulado no Brasil e instrumento-chave da política federal de estímulo aos biocombustíveis (RenovaBio), ganharam tração após a confirmação das novas metas de emissões para 2020 - revisadas por causa da pandemia -, e já movimentaram mais de R\$ 300 milhões na B3. São recursos novos para os produtores de biocombustíveis. Esse dinheiro sai do caixa das distribuidoras de combustíveis, que devem cumprir a meta do RenovaBio.

Apenas neste mês, até o dia 15, a comercialização alcançou R\$ 200 milhões, dois terços de todo o montante negociado desde o início das transações, em junho. Esse crescimento é impulsionado pelo aumento das compras pelas distribuidoras e pela disparada de preço dos CBios, que no dia 15 alcançaram o valor médio de R\$ 49,96. Em 30 dias, o preço mais que dobrou.

Se os ativos pararem de se valorizar e se estabilizarem em R\$ 50, o mercado de CBios ainda movimentará cerca de R\$ 500 milhões neste ano, diante da necessidade das distribuidoras para cumprirem as metas. Com isso, os créditos emitidos somariam R\$ 800 milhões este ano.

As distribuidoras são obrigadas a comprar uma quantidade de CBios estabelecida conforme sua participação no mercado de combustíveis fósseis do ano anterior e, neste ano, não poderão postegar até 15% do atendimento da

meta para 2021, já que não houve meta cumprida em 2019, afirmou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em nota ao **Valor**.

Cada CBio equivale a 1 tonelada de carbono equivalente de emissão evitada com a substituição de combustíveis fósseis por renováveis. A emissão do papel é lastreada na venda de um certo volume de biocombustível - comprovada com notas fiscais enviadas à ANP - e conforme a “pegada de carbono” do produtor.

Outros agentes podem participar do mercado como “partes não obrigadas”, seja para compensar voluntariamente suas emissões, seja para atuar como especulador. A participação deles, porém, representou apenas 0,4% das vendas.

A disparada dos preços dos CBios é vista por agentes como resultado da demanda das distribuidoras, que se sentiram mais seguras para comprar depois que o Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE) revisou a meta para 2020, de 28,7 milhões a 14,53 milhões de CBios.

A derrubada na Câmara do veto de Jair Bolsonaro ao dispositivo da Lei do Agro, isentando a taxa de 15% sobre a renda com os papéis, também ajudou, diz Luiz Masagão, diretor da Tesouraria do Santander.

No banco, responsável por 80% das escriturações dos CBios até agora, a visão é que os preços ainda podem ir a R\$ 70 neste ano, dado o que falta ser comprado pelas distribuidoras e as intenções de venda, afirma Boris Gancev, líder da mesa de commodities do Santander. Até sexta-feira, 16, as distribuidoras haviam comprado 4,8 milhões de CBios, um terço da meta para o ano.

Para algumas distribuidoras, porém, a alta até agora reflete um desequilíbrio do mercado e pode estar vinculada à decisão de produtores em segurar a oferta de CBios que já poderiam estar à venda. “Pode estar tendo algum tipo de especulação no timing de colocação”, afirma Marcelo Bragança, diretor executivo de Operações, Logística e Sourcing da BR Distribuidora. A empresa tem o maior mandato de compra CBios, de mais 4 milhões neste ano.

Ele defende que os produtores tenham um prazo máximo de oferta de CBios após a venda do biocombustível correspondente. A medida, argumenta, daria previsibilidade para a oferta num mercado em que só a demanda é obrigatória.

Mas a diferença entre o direito de emissão (lastro) e as emissões de fato não teve até agora grande proporção. Dados da ANP mostram que, até o dia 13, havia lastro para a oferta de 11,1 milhões de CBios serem negociados, 692 mil a mais que o estoque total na B3 no dia - menos de 5% da meta para o ano.

Segundo Bragança, o custo adicional das distribuidoras com CBios já está sendo repassado aos preços da gasolina e do diesel, mas ele não detalhou o impacto

aos consumidores. A visão de mercado dele é que a oferta de CBios seguirá justa neste ano. “Mas vemos que o ano que vem pode ter uma oferta um pouco melhor”, acrescentou.

Essa perspectiva é compartilhada por Gancev, do Santander. “Esta safra [de cana] está sendo muito açucareira. A próxima talvez não seja tanto, pode haver um excedente maior”. Embora produtores de outros biocombustíveis também participem do mercado, o etanol responde por 66% dos CBios, afirma ele.

Apesar das altas, o preço do CBio ainda está distante de interferir na correlação entre os preços de etanol e açúcar na hora das usinas decidirem o mix de produção. A R\$ 50, o CBio representa 3% do preço atual do etanol hidratado. Em um cenário de arbitragem confortável ao açúcar, ele estima que o CBio teria que ser 10% do valor do etanol para interferir na decisão da usina, ou seja, o papel teria que chegar a R\$ 180. Em um cenário de arbitragem mais apertada, Gancev estima que o papel faria diferença na decisão de mix representando 5% do preço do etanol.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras acelera a venda de ativos e mira dividendo a acionista

Para mercado, empresa pode se tornar 'máquina de dividendos' já em 2021

Rio de Janeiro - Entre janeiro de 2019 e julho de 2020, a Petrobras abriu 48 processos de vendas de ativos, uma média de 2,5 por mês. O número é bem maior do que os 1,4 por mês abertos durante o governo Michel Temer e oito vezes os 0,4 por mês verificados na segunda gestão Dilma Rousseff.

A estatística, elaborada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), retrata a principal mudança estratégica na companhia sob o comando do economista Roberto Castello Branco, nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro para presidir a estatal.

Elogiada pelo mercado e criticada por sindicatos e pela oposição, a gestão Castello Branco acelerou um processo de reposicionamento da empresa, que abandona negócios considerados não prioritários, incluindo energias renováveis, e foca cada vez mais no pré-sal. A mudança ganhou respaldo legal no início do mês, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou a empresa a criar subsidiárias para vender, em processo que tinha como alvo principal o processo de venda de 8 de suas 13 refinarias.

Sob o argumento de que não gera caixa suficiente para reduzir dívida e investir no pré-sal, a empresa diz que deve abrir mão de operações menos rentáveis. “O pré-sal é um ativo que agente sabe gerir melhor do que qualquer outro”, diz o gerente executivo de Estratégia da companhia, Rafael Chaves. O plano prevê uma empresa mais focada na região Sudeste, com suas atenções voltadas principalmente para os campos de petróleo na costa do Rio e São Paulo e mantendo apenas as refinarias nos dois estados.

“Estamos escolhendo ativos de classe mundial. Por exemplo, o parque de refino de SP é próximo da oferta do petróleo, é próximo do mercado consumidor e próximo também da logística. Às vezes as pessoas associam à localização geográfica, mas não é questão de preferência”, diz.

Defensor da privatização da Petrobras, Castello Branco esteve no conselho de administração da companhia durante o governo Temer, mas deixou o cargo por discordar do ritmo das mudanças — o plano de venda de refinarias de Pedro Parente, por exemplo, incluía apenas quatro unidades.

Egresso da Vale, trouxe para a sua gestão executivos da mineradora, como a diretora financeira, Andrea Marques de Almeida, e o diretor de Logística, André Chiarini, montando a diretoria com menor proporção de executivos de carreira da história recente.

E, assim como a Vale, o mercado espera que a Petrobras se torne uma boa pagadora de dividendos assim que equacionar sua dívida. No fim de 2019, a estatal aprovou política que amplia os valores distribuídos aos acionistas quando a dívida estiver abaixo de US\$ 60 bilhões. No segundo trimestre eram US\$ 71,2 bilhões.

Além do mínimo previsto em lei, de 25% do lucro líquido, a nova política prevê distribuir ainda 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. O mercado espera que a meta de dívida seja atingida já em 2021, o que tornaria a Petrobras uma “máquina de dividendos”, nas palavras dos analistas do BTG Pactual.

Castello Branco tem repetido que a Petrobras remunera mal o acionista e costuma citar que o governo é o principal deles. Sua gestão melhorou também a remuneração dos executivos, com um novo plano de remuneração variável que pode dar até 13 salários ao presidente da companhia no caso de cumprimento das metas de desempenho.

Sindicatos de petroleiros criticam que tanto os dividendos quanto os bônus da diretoria estão atrelados à venda de ativos. “A diretoria é premiada com recursos financeiros a partir do momento em que ele consegue cumprir metas

de privatizações que serão maléficas para a própria empresa no futuro”, diz o diretor da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Deyvid Bacelar.

A categoria afirma que a venda de refinarias reduz capacidade de se apropriar de margens de lucro sobre os combustíveis em períodos de petróleo barato. E questiona a retirada de energia renováveis do plano de investimento. “A Petrobras ia ser uma empresa de energia, mas agora quer ser uma empresa de commodities”, diz Bacelar.

“Já estamos atrasados em energia renovável e me parece um equívoco a Petrobras não estar articulada com essa discussão”, diz o economista Ricardo Balistiero, coordenador do curso de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia. Balistiero diz ser favorável ao maior foco no pré-sal, mas questiona a possibilidade de criação de subsidiárias para venda de ativos sem o aval do Congresso. “A decisão não pode ficar na mão dos 11 juizes do STF”, avalia.

Para o economista do Dieese, Cloviomar Cararine, a redução do papel no refino indica maior força política do governo Bolsonaro. “Pedro Parente encontrou mais dificuldades [para vender ativos], tanto por questões políticas quanto por questões legais. Mas Temer tinha um peso político bem menor do que o Bolsonaro.”

Ele ressalta que há um alinhamento entre a estratégia e o “pensamento liberal” da área econômica do governo, que trabalha para abrir, entre outros, os setores de refino e gás natural. A proposta de sair definitivamente da BR Distribuidora, por exemplo, seguiria esse raciocínio.

Assim como a saída de estados do Nordeste, que gerou a campanha “Fica Petrobras”, e o corte de patrocínios culturais, outra marca da gestão Castello Branco. “A Petrobras é uma empresa estatal, não é uma empresa privada. E como estatal, ela tem que cumprir certos papéis”, diz Cararine.

O gerente de Estratégia da estatal nega que a meta seja reduzir o tamanho da empresa. “Não é uma empresa menor. Dependendo da métrica, a Petrobras está se tornando maior”, afirma, dizendo que o investimento previsto no maior campo do pré-sal Búzios, por exemplo, é maior do que o valor do desinvestimento no refino.

Ele argumenta que o volume de investimentos da empresa nos próximos anos vai depender do tamanho da venda de ativos. Sobre as energias renováveis, afirma que a empresa precisa antes adquirir competência e tecnologia. “Quando formos os melhores nisso, podemos entrar.”

Depois de episódios polêmicos no início da gestão — como a indicação de um ex-candidato apoiado por Bolsonaro para cargo que ele não poderia ocupar ou o recuo em reajuste do diesel que levou a empresa a perder R\$ 32 bilhões em valor de mercado — a gestão é hoje vista pel

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/10/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Polícia Federal intensifica operações contra extração ilegal de manganês no PA

Somente em 2020, já foram apreendidas cerca de 90 mil toneladas; crime põe em risco linhas de transmissão de energia de Belo Monte

Rio de Janeiro - Na madrugada da última quarta-feira (14), a Polícia Federal do Pará apreendeu seis caminhões de grande porte carregando cerca de 500 toneladas de manganês extraídas de forma ilegal. Os motoristas, que trafegavam em comboio, abandonaram os veículos ao perceberem a chegada dos policiais.

A operação foi parte de um esforço para conter um crime que ganha força na região Sudeste do Pará e que, além dos danos ambientais e econômicos, coloca em risco as linhas de transmissão que trazem energia da usina de Belo Monte no rio Xingu, para a região Sudeste.

Apenas em 2020, já foram apreendidas cerca de 90 mil toneladas de manganês de origem ilegal no estado, avaliadas em R\$ 90 milhões, além de bens que somam cerca de R\$ 20 milhões, entre caminhões e posses de acusados pelos crimes.

“São quadrilhas que atuam em organização criminosa com grande potencial financeiro e movimentação de dezenas e muitas vezes centenas de milhões de reais, com apoio de servidores que atuam na facilitação desse transporte”, diz o chefe da delegacia da Polícia Federal em Marabá, delegado Marcelo Mascarenhas.

A extração ilegal de manganês começou a ser investigada pela Polícia Federal em 2018, quando foi deflagrada a Operação Migrador, com o cumprimento de 24 mandados judiciais, entre eles 24 mandados de prisão, uma lista que incluía empresários, fornecedores de equipamentos, um policial militar e um vereador.

Em fevereiro de 2020, a Polícia Federal deflagrou a Operação Rota do Minério, justificada pela percepção de que as exportações de minério pelo porto de Barcarena eram muito maiores do que os volumes extraídos no estado. Segundo Mascarenhas, as exportações superavam a produção em cerca de 30%.

A atividade ilegal ocorre principalmente nos municípios de Marabá, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás, diz o delegado. É uma região com grande atividade mineradora, onde estão as maiores jazidas de minério de ferro do Brasil, por exemplo. Em maio, a atividade foi alvo de também da Operação verde Brasil, que visa coibir crimes ambientais e estima que apenas na região de Curionópolis e Itupiranga, a cerca de 670 quilômetros de Belém, o transporte do minério envolva a movimentação de cerca de 50 caminhões por dia, carregando algo em torno de duas mil toneladas.

A Folha apurou que, com a polícia apertando o cerco na rota que liga as áreas produtoras ao porto de Barcarena, o esquema começou a desenvolver uma nova rota de exportação pelo porto de Mucuripe, no Ceará, a 1,6 mil quilômetros de distância de Marabá.

Em grupos de aplicativos de mensagens, eles oferecem anúncios para contratar o serviço de transporte até o novo destino.

A exploração de minério é regulada pela ANM (Agência Nacional de Mineração), que é responsável pela concessão de autorizações de lavra e pela cobrança da Cfem (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), que incide sobre o valor total da produção.

No esquema investigado pela Polícia Federal, não há nem autorização nem o pagamento da taxa. O minério é vendido com notas fiscais falsificadas, como se tivessem sido extraído em minas legalizadas em Mato Grosso ou Goiás, de acordo com o diretor da ANM Eduardo Leão.

Esquema semelhante é usado na venda de ouro de origem ilegal, atividade criminosa que cresceu durante a pandemia impulsionado pela procura cada vez maior por investimentos seguros ao redor do mundo. Em agosto, a Folha publicou reportagem mostrando que as exportações brasileiras desse mineral atingem níveis recordes em 2020.

Mascarenhas diz que, também como no caso do ouro, a extração ilegal de manganês é protegida por seguranças armados — em alguns casos, com o apoio de milícias para obrigar donos de terras a permitir a passagem de maquinário pesado. Além disso, deixam grande rastro de destruição ambiental, já que não respeitam regras de recuperação da área após a lavra.

Nas áreas rurais de Marabá e Parauapebas, oferecem risco ainda às linhas de transmissão de Belo Monte, já que as escavações podem fragilizar a estrutura do solo e, eventualmente, derrubar as torres. As linhas, de mais de dois mil quilômetros, são fundamentais para o abastecimento energético do país.

Operadora do sistema de transmissão, a BMTE (Belo Monte Transmissora de Energia) vem alertando a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) sobre os riscos. Em nota enviada à reportagem, empresa disse apenas que já comunicou a situação aos órgãos competentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/10/2020

Seção: Política

Autor: Anne Warth

Título: Militares são indicados para agência de proteção de dados

Três dos cinco nomes indicados na semana passada pelo governo para compor a diretoria da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) são egressos das Forças Armadas. A presença majoritária de militares no órgão recém-criado para fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados chamou a atenção do setor. Segundo levantamento feito pela Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, apenas China e Rússia têm militares na composição de tais órgãos. “O fato de o Brasil ter indicado três militares de uma só vez também representa um movimento inédito, em comparação aos 20 países economicamente avançados do mundo”, afirmam os pesquisadores.

Em vigor desde setembro, a nova lei regulamenta o tratamento de dados pessoais de clientes e usuários por parte de empresas públicas e privadas. Pela legislação, a ANPD é responsável “por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento” do novo marco do setor. Indicado para um mandato de seis anos, o diretor-presidente do órgão será Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior. Coronel reformado do Exército, ele é presidente da Telebrás desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, de quem é amigo.

Joacil Basilio Rael, também militar reformado e assessor da presidência da Telebrás, foi indicado para o mandato de quatro anos. Ele é professor e especialista em segurança de dados, política de segurança, criptografia e compactação de dados. Para o mandato de cinco anos, foi indicado o tenente-coronel Arthur Pereira Sabbat, hoje diretor do Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). É especialista em segurança e estratégia cibernética e de infraestruturas críticas. Foi um dos responsáveis pela elaboração da Instrução Normativa 4, que estabeleceu requisitos mínimos de segurança para o 5G. Os indicados para diretoria de

agências reguladoras serão sabatinados hoje no Senado. São ao todo 16 nomes, para órgãos como Anatel, ANP, Anac, Aneel e Antaq.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/10/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Gargalos de oferta e demanda sem solução

Apesar de ser consenso entre agentes e especialistas de que a abertura do mercado de gás é necessária para o desenvolvimento do setor, há quem aponte que o PL 6.407/2013 não resolve gargalos de oferta e demanda. Adriano Pires, do Cbie, diz que a proposta beneficia somente estados localizados no litoral brasileiro. Para ele, as rotas de escoamento e o processamento de tratamento demandam um tempo considerável para serem concluídos. Assim, é importante pensar em formas de levar o produto para o interior do país.

Na opinião do especialista, a melhor forma de concretizar a mudança é criar uma âncora firme de consumo e prever a contratação de termelétricas na base, ou seja, de uso contínuo. “As térmicas na base, pulverizadas em locais específicos no interior, irão fomentar os projetos de gasodutos e contribuir para que esse gás chegue a mais municípios e até mesmo a cidades tão importantes da região central do país, como Brasília (DF), Goiânia (GO) e Uberlândia (MG). Outros projetos poderão ter o mesmo efeito em outras regiões”, explica Pires.

De acordo com o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Efraim Cruz, a integração entre os setores do gás e energia melhoraria o ambiente de negócios, porque a iniciativa poderia fomentar o aproveitamento dos recursos energéticos do pré-sal, com ampliação da infraestrutura existente, maior liquidez nas trocas comerciais e a competitividade com redução de preços aos consumidores. Mas o equacionamento dos gargalos da oferta e da demanda ainda é necessário. “O setor elétrico pode contribuir com o balanceamento desta equação que impõe-se aos formuladores de políticas públicas e às instituições competentes ao desenvolvimento de condições adequadas para os investimentos necessários”, alega.

Leilões regionais

Cruz ressalta que uma das alternativas é o estudo e o desenvolvimento do ambiente de planejamento no setor elétrico. Com isso, é possível associar a interiorização do gás ao consumo de energia, por meio dos leilões regionais, o que permitiria atender regiões com grande consumo de energia elétrica e ampliar o consumo de gás natural. “Vejo essa alternativa como promissora, pois

não criaremos custos ao setor elétrico e substituiremos custos com transmissão. Com isso, teríamos potencial para reduzir a tarifa do setor elétrico”, afirma.

O diretor da Aneel considera essencial que o Congresso avance nas discussões sobre o novo marco legal do setor. A integração, segundo sua avaliação, é importante, sendo opção para discussões do mercado natural e elétrico. “É importante frisar que nossos esforços devem focar na busca de mais eficiência no sistema, incentivo e segurança às energias renováveis e principalmente o melhor aproveitamento do gás natural do pré-sal”, acrescenta.

O presidente da comissão de energia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gustavo de Marchi, afirma que o maior benefício do PL é a criação de um marco legal estável que permitirá um ambiente adequado para atração de investimentos privados para o setor. “No entanto, o texto do PL demanda um aprimoramento para que possamos atingir integralmente esse objetivo”, esclarece.

Para Marchi, a redação de alguns dispositivos merece atenção especial, já que a delimitação de competência dos agentes provoca incerteza e aumenta a judicialização do setor. “A tramitação do PL deve amadurecer o texto para a lei alcançar todos os benefícios do gás natural”, sustenta.

Carlos Cavalcanti, diretor de Infraestrutura e Energia da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), acredita que a lei não beneficiará a indústria. “Dez empresas poderão entrar no mercado, mas representam 25% dos gás produzido, e 75% continuarão na mão da Petrobras”, diz. A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) afirma ser necessária a alteração do PL. Em nota, diz esperar que “o Senado encontre soluções para que o PL não traga insegurança jurídica e sim atratividade ao investimento do setor privado”. (SK e FS)

Sem lei do gás, perda é de US\$ 60 bi por ano

Aprovado na Câmara por ampla maioria, o projeto de lei (PL) nº 6.407/2013, da nova Lei do Gás, aguarda apreciação do Senado, o que pode ocorrer esta semana, segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Enquanto não entra em vigor, as perdas para o país são estimadas em US\$ 60 bilhões por ano. Hoje, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) abre consulta pública, por 45 dias, sobre a minuta de resolução que regulamentará os critérios de independência e autonomia dos transportadores de gás natural. Para especialistas, ainda são necessários ajustes no PL para garantir investimentos em gasodutos e levar o combustível ao interior do país.

“A expectativa é de que o projeto seja votado na semana que vem e, a do

governo, de que seja aprovado, porque passou por unanimidade na comissão e, na Câmara, foi aprovado por 351 votos em plena pandemia, sem polêmica”, disse o ministro, na semana passada.

O novo marco tem o desafio de interiorizar o gás. Brasília é uma das poucas capitais federais dos países do G-20 que não dispõe de uma rede. O objetivo do PL é desburocratizar projetos de novos gasodutos, definindo o regime de autorização, mais simples que o de concessão, para o transporte de gás natural. Karine Fragoso, gerente de Petróleo, Gás e Naval da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), entende que a lei vai estimular a competição entre agentes do mesmo segmento.

“Como resultado final, teremos preços mais competitivos no mercado interno”, aposta

Para ela, o monopólio da Petrobras no setor causa prejuízos ao Brasil. “A preços de hoje, com o volume colocado no mercado nacional, o Brasil perde diariamente a oportunidade de reduzir algo em torno de US\$ 170 milhões em custos associados ao consumo do gás. Se esse dado for analisado, nós chegamos ao valor anual de US\$ 60 bilhões. Isso é o que o Brasil vem perdendo ao não avançar na aprovação da lei.”

O especialista em Petróleo, Gás e Naval Fernando Montera ressalta que a lei está há sete anos em discussão para uma revisão do marco de gás no país.

“Quanto mais se espera, mais tempo se perde. Isso causa insegurança em relação aos investimentos que podem ser destravados”, relata.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o gás natural é a “bola da vez” nas matrizes energéticas mundiais, devido à caminhada para eletrificação. “As fontes primárias que vão gerar energia elétrica serão principalmente as fontes limpas. O gás tem o papel de transição, porque, apesar de ser uma energia fóssil, é do tipo mais limpo”, diz. O especialista destaca que a pandemia acelerou o processo de transição. “As fontes sujas serão menos demandadas. Nesse contexto, o gás passa a ter uma importância maior.”

CAPAS DE JORNAIS

25

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.437

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

José Dias Herrera/Divulgação Santos



Com a camiseta do Santos pela primeira vez, em 1956

Esporte B7

Pelé, 80

Rei do Futebol trabalha para manter sua marca e quer ir ao Qatar

Ilustrada B9

Livro infantil aborda angústia de crianças com a violência em comunidade no Rio

Poder A9

De Capitã Cloroquina a Paulo Bosta, veja nomes bizarros de candidatos

PAINEL

Kassio já soma os votos necessários, mostra enquete

Levantamento com os 81 senadores mostra que 44 pretendem votar a favor de Kassio Nunes, indicado de Jair Bolsonaro para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. O desembargador necessita de 41 votos. Poder A4

Indicado ao STF deverá responder sobre Lava Jato

Poder A10

Operação da PF em garimpo mira empresário do PA

Duas megaoperações tiveram como alvo o império criado por Armando Amâncio da Silva a partir da extração ilegal de ouro de uma reserva no Pará. Defesa do empresário, internado em São Paulo, nega a acusação. Ambiente B6

Para Huawei, banimento fará brasileiro pagar caro por 5G

Sanção seria sinal ruim e comprometeria investimentos no país, diz presidente da empresa no Brasil

Alvo de uma disputa global entre EUA e China, a Huawei corre o risco de ser banida do fornecimento de equipamentos para as redes de 5G no Brasil devido a um alinhamento estratégico entre Jair Bolsonaro e o presidente dos EUA, Donald Trump.

Se isso ocorrer, a evolução da tecnologia de quinta geração demoraria até quatro anos para ser iniciada porque as redes teriam de trocar todos os equipamentos, afirma, em entrevista à Folha, Sun Baocheng, presidente da empresa chinesa no país.

Para ele, a transformação digital local estaria comprometida. "Vai aumentar os custos dos operadores e os custos dos equipamentos vão ser transferidos para os consumidores. Os brasileiros vão pagar um preço mais alto pelos serviços [de 5G]."

O executivo estima que a Huawei tenha de 40% a 50% da área de telecomunicações, da qual participa desde a privatização, em 1998. "O mercado sempre foi livre, justo, sem discriminação. Acredito que o governo vai fazer a opção correta."

Questionado sobre uma eventual retaliação chinesa, Baocheng diz que a escolha do Brasil não deveria ser entre EUA ou China. "Mercado livre não é só importante para a Huawei, mas também para outras empresas estrangeiras." Entrevista de A14



Martin Bernetti/APP

PROTESTOS FAZEM UM ANO COM VIOLÊNCIA NO CHILE

Manifestante com bandeira mapuche dentro de igreja em Santiago que acabou incendiada; atos marcam aniversário de um ano da onda de protestos por igualdade social no Chile. Mundo A11

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos	Variação**	Estágio
Brasil	5,2 mil	19,8 mil	-24,3%	Desacelerado
Óbitos	153,9 mil	483	-26,5%	Reduzido

Dados das 20h de 18.out. **Média móvel de 7 dias. ***Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado	■ Estável	■ Desacelerado	■ Reduzido
-------------	-----------	----------------	------------



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	38 mil
2º RJ	19,8 mil
3º CE	9,2 mil

Homicídios sobem 7% no 1º semestre, revela anuário de segurança

Em queda desde 2018, o número de assassinatos voltou a crescer no primeiro semestre deste ano, quando o país enfrentou pandemia sem precedentes: 25.712 pessoas foram mortas, ou uma a cada 10 minutos. Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O total é 7% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, que teve 24.012 ocorrências.

Já o índice por 100 mil habitantes foi de 22,7 homicídios em 2019, abaixo dos 35,9 verificados em 2017 e o menor em nove anos, mas que ainda deixa o Brasil entre os países mais violentos. Os dez estados com piores registros, além do Rio de Janeiro, estão no Norte e no Nordeste. A taxa de homicídios mais alta é a do Amapá, com 49,7 casos por 100 mil habitantes. Cotidiano B1

Bolívia vive incerteza na divulgação de resultados

Após um dia calmo nas urnas, a eleição presidencial na Bolívia provocou incerteza e críticas sobre a apuração dos votos. Pesquisas de boca de urna tiveram sua divulgação atrasada. O ex-presidente Evo Morales afirmou que a autoridade eleitoral tentava esconder a vitória de Luis Arce, candidato do seu partido, o MAS (Movimento ao Socialismo). Mundo A11

Bolsonaro não planeja Mourão como vice em 2022

O presidente Jair Bolsonaro não pretende disputar a reeleição com Hamilton Mourão (PRTB) ao seu lado como candidato a vice em 2022. Nomes do centro e de ministros como Damares Alves e Tereza Cristina são avaliados. Militares defendem como saída honrosa para o general se lançar a governador ou a senador pelo Rio Grande do Sul. Poder A4

Em nova rota, Petrobras vende ativos e se volta aos acionistas

Elogiada pelo mercado e criticada por sindicatos, a atual gestão da Petrobras vende mais ativos, tira investimento em energias renováveis e foca no pré-sal. Mercado A15

seminários

webinar

Encarceramento Feminino

HOJE 16h

Lançamento do documentário "Tecendo a Liberdade", uma obra sobre as primeiras cooperativas de mulheres presas do Brasil.

folha.com.br/encarceramentofeminino

Saiba mais na página A7



PANDEMIA ESVAZIA ACAMPAMENTO SEM-TERRA

Ana Rodrigues, 6, assiste a aula remota em barraco que serve de salão de cabeleireiro no acampamento Marielle Vive, do MST, instalado em Valinhos, no interior de São Paulo.

Com o desemprego provocado pela crise econômica na pandemia, 600 das 1.400 famílias abandonaram o local, que tem acesso precário a água, luz e internet. Saúde B4 e B5

EDITORIAIS A2

Águas turbulentas

Sobre afastamento de senador por ministro do STF.

Pistas da Europa

Acerca de novo padrão do contágio do coronavírus.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 167.623.478

VISITANTES ÚNICOS 30.539.453

ISSN 1413-7075

9 771413 752029

A Mastercard é mais do que cartão

Cresce a preocupação das pessoas com a segurança em relação ao

AS

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1872

JULIO MESQUITA
(016) - (011)

Segunda-feira 19 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46388

estadao.com.br



Outdoors camuflam campanha antecipada

Da esq. para a dir., foto de Jair Bolsonaro com a faixa presidencial se repete em painéis publicitários em Goiás, Brasília e Tocantins: nas últimas semanas, **Estadão** percorreu 2.400 km de rodovias federais e estaduais e identificou intensa campanha a favor do presidente em pelo menos sete Estados e no Distrito Federal. Estratégia de recorrer a grandes outdoors foi usada na campanha de Bolsonaro em 2018 por grupos de direita e clubes de tiro. **POLÍTICA / PÁG. A8**



FOTOS: GISELA SAMPAIO / ESTADÃO

Digitalização durante a pandemia aumenta pressão por cortes

Substituição da mão de obra deve se acelerar com avanço da automação em empresas

Com a pandemia, a aceleração da transformação digital nas empresas e a necessidade de reduzir custos, softwares passaram a fazer o trabalho de profissionais, levando à redução de equipes. Alguns setores, como o bancário, já tinham começado a viver essa realidade antes do surgimento do novo coronavírus. Segundo estudo da consultoria

McKinsey, a previsão era de que, até 2030, cerca de 14% dos trabalhadores globais teriam de trocar de ocupação por causa da automação. Isso significa cerca de 16 milhões de postos de trabalho no Brasil. Mas, com o alastramento da covid-19 e o avanço da digitalização, esse prazo deve ser encurtado. Funções como operador de telemarketing,

caixas, recepcionistas, balconistas, analistas de crédito e atividades rotineiras de escritórios estão na berlinda. Quanto mais baixa a qualificação, maior a possibilidade de mecanização e digitalização. "O espaço para essas áreas será cada vez menos valorizado no mercado", diz Lucas Nogueira, diretor da Robert Half. **ECONOMIA / PÁG. B1**



Sua Carreira

ORIENTAÇÃO VOCACIONAL JÁ INCLUI ATÉ ESTÁGIO

Em vez de testes e feiras de profissão para ajudar alunos do ensino médio na escolha profissional, colégios agora investem em estratégias que começam com orientação profissional, passam por palestras, atendimentos individuais e disciplinas de autoconhecimento e chegam até a estágios em empresas. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Após queda histórica, morte violenta volta a subir em 2020

Após o Brasil ter registrado em 2019 a menor taxa de homicídios da década, o número de assassinatos voltou a subir no primeiro semestre deste ano, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De janeiro a junho, o País registrou 25.712 mortes violentas, uma vítima a cada dez minutos e 7,1% mais que no mesmo período de 2019. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

● **Letalidade policial recorde**
Mortes cometidas por policiais chegaram a 6.357 em 2019, 13,3% do total de mortes violentas no País. **PÁG. A14**

E-Investidor

CURSOS DE DAY TRADE TAMBÉM TEM PEGADINHA

Creem opções que prometem ensinar o caminho para ganhar dinheiro na Bolsa. Mas é preciso cuidado com propaganda enganosa. **ECONOMIA / PÁG. B8**

The Economist

NAVALNI, O HOMEM QUE SOBREVIVEU

Opositor russo que foi envenenado e sobreviveu diz estar "mais forte do que nunca". **INTERNACIONAL / PÁG. A12**

Bolívia deve ter 2º turno com aliado de Evo

INTERNACIONAL / PÁG. A11

Marcha homenageia em Paris professor decapitado

INTERNACIONAL / PÁG. A12

Corinthians perde de 5 a 1 do Flamengo

ESPORTES / PÁG. A17

Protestos terminam em violência no Chile

A uma semana do plebiscito para mudar a Constituição herdada de Pinochet, a centuriada Igreja de Assunção é queimada durante ato em Santiago para lembrar aniversário dos protestos contra desigualdade. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**



CLAUDIO EDINGER FAZ SÉRIE NA QUARENTENA

Realizado com a técnica de foco seletivo, trabalho de fotógrafo sobre isolamento deve virar livro. **NA QUARENTENA / PÁG. H1**

Carlos Pereira

Restrições do sistema político são responsáveis por mudanças de comportamento de Bolsonaro. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Daniel Martins de Barros

É impossível argumentar racionalmente sobre crenças que adquirimos sem a participação da razão. **METRÓPOLE / PÁG. A16**

NOTAS & INFORMAÇÕES

A politização da vacina

Não é tarde para que o governo federal coordene a compra e a distribuição das vacinas que mais rapidamente obtiverem registro na Anvisa. **PÁG. A3**

Calamidade como oportunidade

O que interessa é vender ao eleitor a ideia de que é possível obter dinheiro em troca do voto. **PÁG. A3**

Tempo em SP 16º Min. 25º Máx.



Hyundai Express.

Compre seu carro sem sair de casa e concorra a 3 veículos 0 km na promoção Ticket Drive Hyundai.

Saiba mais na página 5.



VerCapas.com.br
HYUNDAI

Certificação de Autorização SECAP nº 04.001.253/2020



Um grito contra a barbárie em Paris

Milhares de manifestantes se reuniram à 19ª avenida de Paris para protestar contra a situação de emergência decretada pelo governo francês. Os manifestantes exigem o fim da situação de emergência e a liberação dos presos políticos. A manifestação foi organizada pelo movimento 'Gilets Jaunes' e contou com a participação de diversos outros grupos e indivíduos. O protesto ocorreu em frente ao Palácio da Assembleia Nacional e foi transmitido ao vivo por redes sociais.

BRASIL

Mortes violentas voltam a crescer mesmo com quarentena

Índice, que inclui homicídio e intervenção policial, sobe 71% no primeiro semestre

Depois de queda de 12,7% em 2019, os índices de mortes violentas voltaram a crescer no primeiro semestre de 2020. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número total de 23.712 mortes violentas no primeiro semestre de 2020 representa um aumento de 71% em relação ao mesmo período de 2019. O índice de mortes violentas por homicídio também registrou um aumento de 10,9% em relação ao mesmo período de 2019.



ARTUR LOPES
Como o crime organizado se adapta ao isolamento social

FERNANDO CASSOLA
O que a situação do crime organizado nos ensina sobre a segurança pública

ANÁGIO
Sete dias de greve em 17% das áreas do Rio de Janeiro

JOHANNES
O Globo ganha dois prêmios de jornalismo de melhor reportagem

Varejo aposta em expansão de lojas físicas

Muitas empresas varejistas estão apostando na expansão de suas lojas físicas para atrair mais clientes e aumentar as vendas. Isso ocorre porque o comércio eletrônico ainda não conseguiu substituir totalmente o varejo físico. As empresas estão investindo em novas tecnologias e estratégias de marketing para melhorar a experiência do cliente e aumentar a fidelização.

Campanhas nas redes sociais são alvo de ações da Justiça

Algumas campanhas publicitárias nas redes sociais foram alvo de ações da Justiça por serem consideradas discriminatórias ou ofensivas. A Justiça determinou que as campanhas fossem removidas das plataformas e que as empresas responsáveis fossem multadas.

País tem primeiro caso de Covid-19 entre animais

Um gado de 12 anos de idade morreu por causa de coronavírus no Estado do Rio de Janeiro. O caso ocorreu em uma fazenda localizada no município de Itaboraí. O gado estava sendo tratado com medicamentos quando morreu. Os sintomas eram semelhantes aos observados em humanos.

América Latina libera exames laboratoriais em famílias

Alguns países da América Latina começaram a liberar exames laboratoriais para famílias de pessoas infectadas com o vírus da Covid-19. Isso foi feito para facilitar o diagnóstico e o tratamento dos casos.



Atletico Paranaense vence o Flamengo por 2 a 1 no jogo de ida da semifinal da Copa Libertadores.

Flamengo goleia e persigue liderança

O Flamengo venceu o Atlético Paranaense por 2 a 1 no jogo de ida da semifinal da Copa Libertadores. Com esse resultado, o Flamengo se tornou o primeiro brasileiro a avançar para a final da competição. O jogo foi disputado no Estádio do Maracanã e contou com uma grande torcida.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA; BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.967 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50



Esquenta a briga pela liderança do Brasileirão

No Beira-Rio, o Inter vence o Vasco por 2 x 0 e dorme no topo da tabela, seguido pelo Flamengo, que goleou o Corinthians em São Paulo, e tem os mesmos 34 pontos. Mas todas as atenções estão voltadas para o Atlético-MG, que enfrenta o Bahia, hoje, e pode retomar a ponta da competição. PÁGINA 12



Mais 12 mil estudantes voltam às aulas no DF

Em nova etapa da retomada no setor de educação no Distrito Federal, quem retorna às escolas hoje são alunos do 6º ao 9º ano da rede particular. No total, há 43.228 matriculados nessa faixa, mas a estimativa é de que somente 12 mil voltarão às atividades presenciais.

Para recebê-los, os estabelecimentos de ensino tiveram de cumprir protocolos sanitários para evitar infecções pelo coronavírus. Apesar do aumento de veículos nas ruas, o Detran não preparou esquema especial para o trânsito. Vai apenas monitorar o tráfego e fazer inter-

venções pontuais caso necessário. No DF, ontem, foram registrados 653 novos casos de covid-19 e seis mortes. Diagnosticado com o vírus, na última quarta-feira, o secretário de Educação, Leandro Cruz, internou-se em UTI, no domingo, para tratamento da doença. PÁGINA 13



CONCURSOS NA MIRA

Nem mesmo a pandemia, provas adiadas, bibliotecas e cursinhos fechados os fazem desistir da preparação para conquistar uma vaga no serviço público. Concurseiros, como Camila Fontana (foto), tentam manter a rotina de estudos em casa. PÁGINA 17

As águas vão rolar



As chuvas que começaram no fim da tarde de domingo — e devem seguir até quinta-feira, segundo previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) — causaram a queda de uma árvore na 112 Sul e problemas nos semáforos do Eixo Monumental. PÁGINA 14

Deputado quer que PEC alcance mais servidores

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, Tiago Mitraud (Novo-MG), diz, em entrevista ao Correio, que o funcionalismo não deve ter reajuste anual. E defende que militares, magistrados, procuradores, defensores e parlamentares sejam incluídos na reforma. PÁGINA 4

Lei do Gás

Senado deve votar projeto nesta semana

Agência Nacional de Petróleo (ANP) abre consulta pública hoje para regulamentar os critérios de autonomia dos transportadores do combustível. PÁGINA 6

Lava-Jato

Operação resgata quase R\$ 1 bilhão roubado do país

Investigadores tentam repatriar R\$ 21 bilhões desviados para o exterior pelo esquema de corrupção na Petrobras. Valor já recuperado chega a R\$ 846 milhões. PÁGINA 2



Brasil na tela do cine Drive-in

Documentário sobre a capital e seus pioneiros será exibido, hoje, em sessão especial. PÁGINA 20

Bicicletas brancas honram ciclistas

Memoriais afixados pela Ong Rodas da Paz em dois pontos da Asa Norte e na QI-6 do Lago Sul, homenageiam Ricardo Aragão, Francisco de Salles e Maurício da Cruz, mortos em acidentes enquanto pedalavam. Amigos e parentes participaram das solenidades e voltaram a pedir justiça para as vítimas. PÁGINA 14



Máquinas de fazer arte

Minirrobôs interagem entre eles, por meio de inteligência artificial, e conseguem pintar quadros. Sistema é monitorado por humanos. PÁGINA 11

CB.Poder

O secretário de Economia do DF, André Clemente, é o entrevistado do programa hoje, a partir das 13h20, com transmissão, ao vivo, da TV Brasília e das plataformas digitais do Correio. PÁGINA 1



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3946

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .